

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 844, DE 2001

*Susta os efeitos do “Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto, Desenvolvimento, Operação e Uso de Equipamentos de Vôo e Cargas Úteis para o Programa da Estação Espacial Internacional” firmado em Brasília, em 14 de outubro de 1997, até que o ato internacional seja apreciado pelo Congresso Nacional.*

**Autor: Deputado WALTER PINHEIRO**

**Relator: Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ**

## I - RELATÓRIO

A iniciativa do Deputado Walter Pinheiro, apresentada em 20 de fevereiro de 2001, contém três objetivos artigos.

No primeiro, susta os efeitos do “*Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto, Desenvolvimento, Operação e Uso de Equipamentos de Vôo e Cargas Úteis para o Programa da Estação Espacial Internacional*” firmado em Brasília, em 14 de outubro de 1997, até que o ato internacional seja apreciado pelo Congresso Nacional.

No parágrafo único desse artigo veda a execução orçamentária de quaisquer projetos, programas e atividades elaborados ou implementados em virtude do instrumento jurídico referido no *caput* do artigo.

Os arts. 2º e 3º contêm as cláusulas revogatória e de vigência.

Na justificação, o colega proponente lembra que, em 14 de outubro de 1997, aqui em Brasília, foi firmado o *“Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto, Desenvolvimento, Operação e Uso de Equipamento de Vôo e Cargas Úteis para o Programa da Estação Espacial Internacional”*, destinado a complementar o Acordo Quadro celebra do entre o Brasil e os Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em 1º de março de 1996.

No Ajuste Complementar, previu-se que a Agência Espacial Brasileira (AEB) forneceria à NASA uma série de equipamentos de considerável valor que seriam instalados na futura Estação Espacial Internacional, projeto que vem sendo desenvolvido pela NASA, com a participação da Rússia, União Européia, Japão e Canadá.

Em contrapartida, a NASA cederia à AEB quotas para a utilização da Estação Espacial Internacional, o que possibilitaria à agência brasileira realizar experiências científicas em ambiente de microgravidade e enviar um astronauta brasileira a Estação.

A oportunidade e o mérito do referido Acordo, especifica ainda a justificação, são contestados por muitos, no ambiente científico, uma vez que se trata de projeto caríssimo, no momento em que a prioridade brasileira nessa área deveria ser desenvolver veículos lançadores de satélites.

Ressalta o autor, todavia, que o ponto a questionar, neste momento, não é esse – o problema é que o Executivo colocou em vigor o Ajuste Complementar sem submetê-lo à oitiva obrigatória do Congresso Nacional, competente para acolhê-lo ou rejeitá-lo. Sem que houvesse a anuência congressual, entretanto, a promulgação desse ato internacional foi veiculada no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 1997, através de ato unilateral do Poder Executivo, que, assim, ignorou a tramitação legislativa prevista na Constituição.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

As demais ponderações feitas pelo Deputado Walter Pinheiro em sua justificação são igualmente relevantes. Ressalto algumas.

Lembra, o autor que o fato de, tratar-se nessa hipótese de um Ajuste Complementar não significa que o Legislativo pudesse não ser ouvido. Os próprios textos dos Decretos Legislativos que aprovam atos internacionais são claros: *“Ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”*.

Destaca o autor, ainda, que, ao aprovar o Acordo Quadro entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, que deu origem ao Ajuste Complementar em exame, o Parlamento o fez com a mesma salvaguarda acima mencionada. Isto é, o Congresso Nacional **decretou, com base em prerrogativa constitucional exclusiva**, que quaisquer ajustes complementares resultantes do Acordo que acarretassem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional teriam de ser, necessariamente, apreciados pelo Legislativo.”

O Ajuste Complementar em tela prevê gastos da ordem de 120 milhões de dólares, sendo, indebitavelmente, oneroso: *“Portanto a publicação e a conseqüente entrada em vigor do Ajuste Complementar em pauta, com a implementação de programas e projetos, constitui-se nitidamente em ato **inconstitucional**, na medida em que foi realizado ao arrepio de dispositivo da Constituição Federal (inciso I, artigo 49). Ressalte-se que, ao fazê-lo, o Poder Executivo não apenas exorbitou de suas prerrogativas constitucionais e dos limites de sua delegação legislativa, como usurpou as do Congresso Nacional, uma vez que o citado inciso da CF trata de **competência exclusiva** do Legislativo. Por isto, os seus efeitos, inclusive os que se relacionam à previsão e execução de verbas orçamentárias para programas, projetos e atividades são **irregulares e ilegais**, devendo ser sustados o mais rapidamente possível”*.

Sendo o Ajuste colocado em vigor à revelia do Parlamento, rebaixa-se o Legislativo, poder imprescindível à democracia, convertendo-o em mero departamento de ações legislativas da Presidência da República.

O mandamento constitucional é claro, insofismável e cogente.

Com maestria, lembrou o renomado administrativista pátrio, Celso Antônio Bandeira de Mello, que, no Estado de Direito “a Administração só pode agir em obediência à lei, esforçada nela e tendo em mira o fiel cumprimento das finalidades assinadas na ordenação normativa”, pois, como é sabido, “o liame que vincula a Administração à lei é mais estrito que o travado entre a lei e o comportamento dos particulares”.

*Efetivamente, “enquanto na atividade privada pode-se fazer tudo o que não é proibido, na atividade administrativa só se pode fazer o que é permitido. Em outras palavras, não basta a simples relação de não-contradição, posto que, demais disso, exige-se ainda uma relação de subsunção” (In: Curso de Direito Administrativo, 13º, ed. P. 773)*

A matéria em tela é estritamente disciplinada pela Lei Maior: Não cabe ao Executivo decidir em quais casos *aprecia* a norma constitucional e considera-a aplicável e em quais não: cabe-lhe, apenas e tão somente, aplicá-la obedientemente.

Ou o Poder Legislativo, emblematicamente nesta matéria, zela por sua competência constitucional e legal, no fiel exercício do mandato que lhe foi concedido pelo povo brasileiro, exigindo que o Executivo suste a eficácia desse ato internacional, até que obtenha do povo brasileiro, através do Congresso Nacional, a aprovação indispensável ou, em caso de rejeição do Ajuste Complementar, curve-se à negativa parlamentar, ou estaremos negando a própria existência, fim e objetivo do parlamento.

**VOTO** desta forma, como não poderia deixar de ser, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2001, que susta os efeitos do Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Projeto, Desenvolvimento, Operação e Uso de Equipamentos de Vôo e Cargas Úteis para o Programa da Estação Espacial Internacional, firmado em Brasília, em 14 de outubro de 1997, até que o ato internacional seja apreciado pelo Congresso Nacional.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

**Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ**

**Relator**